rede mobilizadores

COPPE – UFRJ
Laboratório Herbert de Souza
TECNOLOGIA & Cidadania

Internet e Redes Sociais como ferramentas de Mobilização

Material de apoio à
Oficina Redes Sociais e Mobilização
Data: 18 a 22 de janeiro de 2016
Facilitador: Gustavo Gindre,
jornalista, professor e integrante do Coletivo Intervozes.

Apoio: Banco do Brasil, Eletronuclear e Furnas

Janeiro 2016

Sumário

1 – Apresentação 3

2 - Mobilização e Mídias Sociais 4

2.1 - Mobilização Social 5

3- Redes Sociais, Mídia Sociais e Mídias Digitais 7

3.1 - O Brasil é quinto maior país em audiência digital do mundo 8

4 - Como as redes sociais afetam a participação política no Brasil? 10

4.1- Ciberativismo 11

4.2 -Ativismo de sofá? 12

5 - Mídias sociais mostram seu poder 15

5.1 - Brasil tem sociedade 3.0, mas governo 1.0 20

6 - Mobilização mais fácil nem sempre significa resultados mais eficazes 23

7 - O papel da mídia livre 25

8 - As potencialidades das redes: "para o bem e para o mal" 26

9 - Exemplos de mobilização social via internet 29

Fontes 31

COEP
Rede Nacional de Mobilização Social

1 - Apresentação

As redes sociais são eficazes como instrumento de mobilização? Elas podem se tornar também espaços de participação social organizada? Quais as potencialidades e os limites dessas redes? Como usá-las de maneira eficaz para a defesa de direitos, o debate sociopolítico e a definição de novos projetos de sociedade?

As redes sociais têm sido usadas em grandes mobilizações socais ao redor do mundo, com destaque para a chamada "Primavera Árabe". Elas foram instrumentos importantes para a eleição do presidente americano Barak Obama, tem sido acionadas em momentos de grandes catástrofes ou em situações de crise, como a necessidade de oferecer ajuda aos milhares de refugiados na Europa.

Mas ao mesmo tempo em que são utilizadas por movimentos sociais, ONGs, grupos envolvidos com temas sociais, as redes sociais também têm sido instrumento para grupos xenófobos, racistas e são uma arma poderosa do Estado Islâmico (EI), que as usa tanto para disseminar seu discurso fundamentalista e fanático, como para recrutar jovens para sua causa.

Conhecer os limites, potencialidades, características e ameaças das redes sociais é fundamental para todos que atuam na área social, na defesa de direitos e que têm interesse em utilizá-las como instrumento de mobilização e participação.

Esperamos que as próximas páginas possam ajudar a entender um pouco mais os potenciais das redes sociais como instrumento de mobilização e de apoio as ações realizadas no mundo físico.

> *"Se você vai a um protesto e depois vai para casa, já fez algo. Mas aqueles que estão no poder podem sobreviver a isso. O que eles não suportam é pressão constante e crescente, organizações que não cessam, pessoas que seguem aprendendo com o que fizeram e fazendo melhor nas próximas vezes."* (**Noam Chomsky**).

2 - Mobilização e Mídias Sociais

Em 1993, seguindo o rastro do Movimento pela Ética na Política, foi criada, sob a liderança de Betinho, a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que levou para as ruas milhões de cidadãs e cidadãos pelo fim da miséria e da fome no Brasil. Essa mobilização deu origem a diversas iniciativas, entre elas a criação do COEP. Vinte anos depois, em junho de 2013, milhões de pessoas novamente voltaram às ruas em centenas de cidades brasileiras. Dessa vez, no entanto, não houve uma liderança mobilizadora por trás das manifestações, nem uma motivação clara e compactuada.

> *Na internet, tanto usuários experientes quanto iniciantes se tornaram organizadores, comentaristas e protagonistas de protestos e manifestações.*

A mobilização de usuários do Facebook e do Twitter foi considerada uma das principais forças por trás das manifestações que atingiram todo o país durante nas manifestações de junho.

É possível entender essa crescente mobilização via mídias sociais quando se pensa que os movimentos sociais têm usado a internet, desde seus primórdios, como um meio onde podem coordenar sua ação, se comunicar e manter a sua versão dos fatos (IHU On-Line, 2010).

O professor da Escola de Comunicação da UFRJ Henrique Antoun explica que na medida em que os movimentos sociais vão sendo marginalizados, e a própria televisão assume a liderança da mídia de massa passando a responder pela educação social, esses movimentos ocupam a web. Portanto, completa, "a web é povoada por movimentos sociais, hackers, grupos de ONGs, grupos de lutas sociais, que começam a entender aquele lugar como um espaço que precisava ser povoado pela população" (IHU On-Line, 2010).

Segundo ele, a Internet está muito mais ligada a uma ideia de democracia participativa do que de democracia representativa. "É um lugar onde todos encontram a sua chance de prosseguir, mas dependem das participações, e não das representações. Além disso, é uma grande máquina de organizar a ação coletiva", enfatiza.

2.1 - Mobilização Social

Mas o que caracteriza a mobilização social? Segundo o filósofo Bernardo Toro e Nísia Weneck, a mobilização social "é muitas vezes confundida com manifestações públicas, com a presença das pessoas em uma praça, passeata, concentração". Mas, eles esclarecem isso não caracteriza uma mobilização e explicam: "a mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos" (TORO; WERNECK, 1996).

Segundo eles, "toda mobilização é mobilização para alguma coisa, para alcançar um objetivo pré-definido, um propósito comum, por isso é um ato de razão. Pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido de público, aquilo que convém a todos. Para que ela seja útil a uma sociedade, tem de estar orientada para a construção de um projeto de futuro. Se o seu propósito é passageiro, converte-se em um evento, uma campanha e não em um processo de mobilização. A mobilização requer uma dedicação contínua e produz resultados quotidianamente", esclarecem (TORO; WERNECK, 1996).

> *"Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados"* (Bernardo Toro).

Os autores ressaltam que "não aceitar a responsabilidade pela realidade em que vivemos é, ao mesmo tempo, nos desobrigarmos da tarefa de transformá-la, colocando na mão do outro a possibilidade de agir. É não assumirmos o nosso destino, não nos sentirmos responsáveis por ele, porque não nos sentimos capazes de alterá-lo. A atitude decorrente dessas visões é sempre de

fatalismo ou de subserviência, nunca uma atitude transformadora. A formação de uma nova mentalidade na sociedade civil, que se perceba a si mesma como fonte criadora da ordem social, pressupõe compreender que os "males" da sociedade são o resultado da ordem social que nós mesmos criamos e que, por isso mesmo, podemos modificar." (TORO; WERNECK, 1996).

> *"Não aceitar a responsabilidade pela realidade em que vivemos é, ao mesmo tempo, nos desobrigarmos da tarefa de transformá-la, colocando na mão do outro a possibilidade de agir."* (**Bernardo Toro**).

COEP
Rede Nacional de Mobilização Social

3 - Redes Sociais, Mídia Sociais e Mídias Digitais

No final do século XX, com a disseminação da internet, da banda larga e das mídias e redes sociais, o processo de mobilização ganhou novos instrumentos e outros características. Mas, antes de falar disso, é preciso entender a diferença entre redes sociais, mídias sociais e mídias digitais.

> As **redes sociais** dizem respeito a grupos de pessoas que possuem e compartilham interesses comuns e/ou relacionamentos.
>
> Já as **mídias sociais** são sistemas online projetados para permitir a interação social a partir do compartilhamento e da criação colaborativa de informação nos diversos formatos, ou seja, são os meios pelos quais as redes sociais são sustentadas.
>
> As **mídias digitais**, por sua vez, são os veículos e aparelhos de comunicação não analógicos, ou seja, são os meios que permitem uma comunicação oral e escrita de forma digital.

Para exemplificar, pode-se afirmar que o Facebook e o Twitter são redes e mídias sociais utilizadas através de mídias digitais como computador, celular, tablet (TAVARES; BARBOSA; SANTOS, 2013).

Dentro destas plataformas, o compartilhamento de informações de todo tipo ocorre "sem fronteiras", uma vez que, dispostas nas redes, estão acessíveis aos usuários que delas participam. E é com a disponibilização de informações e, principalmente, opiniões acerca das necessidades e insatisfações (políticas e sociais), que nascem as mobilizações nas mídias sociais (TAVARES; BARBOSA; SANTOS, 2013).

Tomados pelo desejo de atingir algum objetivo em prol do bem comum e pela noção da quantidade de pessoas com acesso à internet atualmente, os indivíduos iniciam mobilizações sociais que, bem organizadas e pautadas dentro de um cronograma de execução sempre bem atualizado, acarretam em manifestações públicas de grandes proporções (TAVARES; BARBOSA; SANTOS, 2013).

3.1 - O Brasil é quinto maior país em audiência digital do mundo

O potencial dessas mobilizações sociais pode ser vislumbrado quando se analisa a quantidade de brasileiros que têm acesso à internet e às redes sociais e o tempo que despendem nelas.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2013, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em abril de 2015, mostram que o acesso à internet em domicílios chegou a 85,6 milhões de brasileiros, o equivalente a 49,4% da população. A pesquisa considerou o acesso de pessoas acima de 10 anos de idade que utilizaram a internet pelo menos uma vez em um período de 90 dias anteriores à realização das entrevistas (PORTAL EBC, 2015).

A pesquisa mostra ainda que 45,3% da população se conectam à rede pelos tradicionais microcomputadores e que 4,1% das pessoas se conectam à internet apenas por meio de outros dispositivos, como celular, tablet ou televisão. A região Norte apresenta o maior porcentual de domicílios que usam o celular para acessar a internet (75,4%), enquanto no restante do Brasil predomina o uso do computador. Entre os estados do país, o acesso feito exclusivamente por celular ou tablet superou o feito por computador em Sergipe (28,9% por celular ou tablet contra 19,3% por computador), Pará (41,2% contra 17,3% por computador), Roraima (32% contra 17,2%), Amapá (43% contra 11,9%) e Amazonas (39,6% versus 11,1%) (PORTAL EBC, 2015).

No que diz respeito ao número de domicílios, de acordo com a pesquisa, 48% deles tinham acesso à internet (31,2 milhões de residências). Desse total, 88,4% (ou 27,6 milhões) usavam a internet por meio de computador. No restante – 11,6% ou 3,6 milhões de domicílios -, a utilização da internet era realizada por outros equipamentos (PORTAL EBC, 2015).

Em relação à faixa etária, os jovens entre 15 a 17 anos têm maior percentual de acesso à internet, com 75,7%. Os idosos com mais de 60 anos têm o menor percentual de acesso, com apenas 12,6%. Os dados mostram que a utilização da internet no país cresce de acordo com a escolaridade, variando de 5,4% para pessoas sem instrução, até 89,8% para quem tem mais de 15 anos de estudo (PORTAL EBC, 2015).

No que se refere a classes sociais, o estudo mostra que a utilização da internet está ligada à renda familiar per capita. Parte da população com menor renda familiar, até um quarto do salário mínimo por pessoa, tem apenas 23,9% de conexão doméstica à internet. Enquanto isso, as famílias com a maior renda familiar, acima de 10 salários mínimos, têm 89,9% de acesso à internet (PORTAL EBC, 2015).

Quase metade (45%) da população brasileira tem acesso à internet e, grande parte do tempo online é passado nas redes sociais.

Já segundo a pesquisa "Futuro Digital em Foco Brasil 2015", os internautas brasileiros passam, em média, 9,2 horas por mês nas plataformas sociais. Além disso, o país é campeão no consumo de mídia social, seguido por Filipinas, Tailândia, Colômbia e Peru. Alcançando 78% do total de usuários únicos no Brasil, o Facebook possui mais de 58 milhões de visitantes únicos mensais (PROXXIMA, 2015).

4. Como as redes sociais afetam a participação política no Brasil?

Esse crescente acesso à internet associado a disseminação da telefonia celular, tem mudado a forma como as pessoas interagem, como acessam a informação e como participam da política. De acordo com professor Fábio Malini, um dos coordenadores do Laboratório de estudos sobre Internet e Cibercultura (Labic) na Universidade Federal do Espírito Santo e estudioso de padrões de dados nas redes sociais brasileiras, as pessoas têm diminuído a quantidade de horas que fica em frente à televisão e passado a ficar cada vez mais em frente ao computador, ou usando internet através do celular (AS-COA, 2013).

"Isso muda a política. Quando as pessoas estão vendo que em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro, em Brasília está acontecendo protesto, elas de certa maneira percebem aquela comoção, são encorajadas, empoderadas a fazerem os seus protestos em seus espaços", comentou Malini ao analisar os protestos que ocorreram em junho de 2013 em todo o Brasil. Na avaliação dele, as redes sociais se tornaram o campo de articulação e mobilização política das ruas (AS-COA, 2013).

Malini lembra que há uma população gigantesca acessando a internet no Brasil, que é quase do tamanho do eleitorado brasileiro. "Estar conectado constantemente a pessoas que falam de política, que fazem críticas ao cotidiano da cidade, faz com que a mudança política ganhe outro tipo de lastro. E de certa maneira coloca um componente novo na cena midiática" (AS-COA, 2013).

As redes sociais, assim como outras redes, são multiformes e aproximam atores sociais diversos, possibilitando o diálogo, ainda que muitas vezes

permeado de conflitos. Essa interação virtual muitas vezes resulta em ações de mobilização. Nesse contexto, as mídias e as redes sociais são utilizadas como instrumentos de: cobrança ao poder público e às empresas privadas, reivindicação política e social, defesa de causas.

4.1 Ciberativismo

O ciberativismo, ativismo online ou ativismo digital é uma forma de ativismo pela internet caracterizada pela defesa de causas, reivindicações e mobilizações. Muitos autores o consideram uma nova fronteira para a participação política, pois, a partir de um computador, os indivíduos rapidamente conseguem agregar pessoas à causa que defendem. Inicialmente, era uma estratégia muito utilizada por ONGs e entidades civis, hoje, com a expansão do acesso à internet, é cada vez mais utilizado pelo cidadão comum.

Surgido na década de 1990, o ciberativismo teve seu primeiro grande destaque com o movimento Zapatista, no México, em 1994. Na mesma época, ONGs como Greenpeace, PeaceNet e Anistia Internacional começaram a usar as ferramentas para chamar a atenção para suas causas (CAVALCANTE, 2010).

Pessoas e grupos politicamente motivados utilizam a internet para difundir informações e reivindicações visando obter apoio para uma causa, debater e trocar informação, organizar e mobilizar indivíduos para ações, dentro e fora da rede (MARTINS, 2014). Para tanto são utilizados fóruns e grupos de discussões, abaixo-assinados e petições online, blogs, plataformas sociais, aplicativos e as mídias sociais.

Sandor Vegh, autor no livro "Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the World Bank", de 2003, considerado uma referência sobre o tema, cita três categorias de atuação do ativismo online:

1) conscientização e promoção de uma causa (por exemplo, divulgar o outro lado de uma notícia que possa ter afetado a causa ou uma organização);

2) organização e mobilização (convocar manifestações, fortalecer ou construir um público);

3) ação e reação (MARTINS, 2014).

Exemplos desse tipo de ativismo vão desde petições online, criação de sites denúncia sobre uma determinada causa, organização e mobilização de protestos e atos que aconteçam fora da rede, flashmobs, hackerativismo e o uso de games com uma função política e social (MARTINS, 2014).

Com o slogan "Games radicais contra a ditadura do entretenimento", o site Molleindustria usa a estética dos games para promover a crítica social e política. Quem acessar o site irá encontrar jogos sobre pedofilia e padres, a guerra do petróleo, como gerir uma lanchonete do McDonalds. O internauta é sempre colocado numa posição desconfortável, para vivenciar na pele – mesmo que virtualmente – as mais diversas situações (MARTINS, 2014).

4.2 "Ativismo de sofá"?

O ativismo que utiliza a internet para mobilizar por causas pelo apelo social costuma ser chamado também de "ativismo de sofá", num certo tom pejorativo. Alguns setores da sociedade temem que esse ativismo online enfraqueça as formas tradicionais de protesto, como intervenções urbanas ou marchas em vias públicas.

No entanto, o criador do termo "inteligência coletiva" e autor de livros sobre cibercultura, o filósofo francês e professor da Universidade de Ottawa (Canadá), Pierre Lévy, nega que a mobilização online seja menos legítima do que as manifestações tradicionais, como protestos na rua. De acordo com ele, "qualquer forma que o cidadão use para se expressar é positiva" (LUPION, 2014).

Lévy afirma que "através de seus atos, seu comportamento, suas palavras, cada pessoa que participa de uma situação estabiliza ou reorienta a representação que dela fazem os outros protagonistas. Sob esse aspecto, ação e comunicação são quase sinônimos" (LÉVY, 2004, p.21 apud SILVESTRI, 2015). De acordo com ele, a "democracia só progredirá explorando da melhor forma as ferramentas de comunicação contemporânea" (LÉVY, 1998, p.62 apud SILVESTRI, 2015).

Apesar do crescente controle da rede, tanto por governos autoritários como pelos democráticos, Lévy acredita haver mais liberdade de expressão com a rede do que sem ela. Ele afirma que os abaixo-assinados pela internet são expressões legítimas da vontade dos cidadãos." Uma petição é uma petição. Uma petição online só é mais fácil de organizar!", ressalta. Ele prevê que a ciberdemocracia vai promover uma inteligência coletiva online mais reflexiva, mais hábil para conhecer a si mesma e também uma maior transparência dos governos (LUPION, 2014).

Da mesma forma, Paul Hilder, vice-presidente de campanhas globais da Change, maior plataforma mundial de abaixo-assinados que está presente em 196 países, diz que o ciberativismo não enfraquece o ativismo "real". Segundo ele, o uso da internet pelos cidadãos pode mudar atitudes de governos e empresas e ajudar na fiscalização de atos até do Judiciário. Ele afirma que a internet é um instrumento poderoso de pressão e pode mobilizar muito mais rapidamente e de uma forma mais eficiente milhares de pessoas ao redor do mundo para apoiar uma causa, o que, em sua opinião, contribui para o sucesso da causa (GOIS, 2012).

Para Pedro Abramovay, diretor de campanhas da ONG internacional de ativismo online Avaaz, o modelo tradicional de democracia representativa, com um voto a cada quatro anos, é insuficiente para dar conta de uma realidade na qual os cidadãos podem se conectar rapidamente em torno de um objetivo comum. Ele acha que o ato de compartilhar uma petição no Facebook, por exemplo, é um comportamento "profundamente político", na medida em que as pessoas assumem uma posição diante de seus amigos e abrem espaço para contra-argumentos. "As pessoas passam

tanto tempo na internet, ela é tão importante para nossas vidas, que considero despolitizador dizer que a política feita ali é menos importante", diz. Um exemplo do êxito dos abaixo-assinados online é a Lei da Ficha Limpa: dois milhões de pessoas assinaram uma petição para que a Câmara dos Deputados aprovasse o projeto de lei (LUPION, 2014).

Abromovay afirma que "ao assinar e compartilhar uma petição online, o usuário está manifestando sua vocação política entre seus amigos, o que amplia a discussão e fortalece o ambiente democrático. Além disso, a internet encurtou a distância para que os pleitos da população sejam atingidos. Se antigamente eram necessários intermediários, como associações ou sindicatos, hoje qualquer um pode mobilizar seus pares de forma muito mais rápida para fazer valer seus interesses. Não há dúvida de que essa nova forma de mobilização também tenha um impacto político (BARRUCHO, 2013).

Em nossa época, o ciberespaço pode ser uma forma razoável de desenvolvimento da democracia representativa, possibilitando a invenção de uma forma de democracia direta (participativa), tendo por mediador apenas uma ferramenta eletrônica (SILVESTRI, 2015).

Para Lévy, o acesso à internet está desenvolvendo-se de maneira acelerada e, com ela, uma nova realidade política pode ganhar força. Essa realidade é a mudança de uma forma ainda pouco aberto-participativa a uma forma mais interativo-participativa. Conectados à internet, todos poderão com maiores facilidades discutir, opinar e decidir juntos (SILVESTRI, 2015).

Mobilização Social

5 - Mídias sociais mostram seu poder

Diversos fatos comprovam o poder das mídias sociais em todo o mundo. Uma demonstração disso é que muitos governos têm criado suas próprias ferramentas online, a exemplo do parlamento alemão que desenvolveu uma plataforma oficial para que a população organize abaixo-assinados. Se a petição alcançar 50 mil apoiadores, os deputados são obrigados a discutir o tema. Nos Estados Unidos, a Casa Branca tem um sistema parecido, chamado "We The People" (LUPION, 2014).

O poder das mídias sociais é comprovado também por vários acontecimentos políticos. O atual presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, foi considerado o primeiro presidente digital do mundo. Ele revolucionou a forma de se fazer campanha política, ao utilizar as redes sociais para estabelecer uma comunicação direta com o povo (DANESI, 2013).

As manifestações políticas organizadas pela sociedade civil que correram o mundo, como a Revolução Verde, no Irã; a Primavera Árabe; o Movimento à Rasca em Portugal; os Indignados da Espanha; a Revolta da Praça Tahrir, no Egito; o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos; as mobilizações em defesa do parque Gezi na Turquia; as manifestações que levaram milhares de pessoas para as ruas no Brasil em junho de 2013 são outros exemplos do poder das mídias sociais e da internet na construção de uma vida política ativa.

Muitas dessas mobilizações que começaram online tiveram efeitos práticos consistentes, como a queda do ditador Hosni Mubarak, que durante 30 anos esteve no poder no Egito, e deram origem a novos partidos políticos como o Podemos na Espanha, o Syriza na Grécia, o HDP na Turquia.

O Podemos na Espanha se mostrou uma nova força política Nas últimas eleições municipais e regionais, ocorridas em maio de 2015, quatro grandes cidades espanholas passaram às mãos do movimento social, entre elas

Barcelona. As candidaturas do Podemos foram levantadas com a vontade de milhares de ativistas sociais que, durante meses, em incontáveis debates e reuniões, sem estrutura econômica e sem aparelhos, expressaram a vontade de milhares de pessoas.

Sem considerar as peculiaridades de cada país ou região, as manifestações em diferentes locais do mundo parecem motivadas por uma grande insatisfação – com governos, modelos econômicos, sistemas políticos – e pela busca por direitos. Um ponto a unir essas manifestações parece ser intenção de aprimorar a democracia e torná-la mais próxima das pessoas comuns, e mais efetiva para os cidadãos.

Como instrumento de mobilização, as redes sociais possuem enorme poder de difusão, sobretudo, por força das imagens veiculadas e da capacidade de comunicação simultânea com o local e o global. Muitos especialistas também afirmam que a utilização das redes sociais, convocando pessoas a ocupar espaços públicos com reivindicações e protestos, pode vir a se configurar como uma estratégia de democracia direta na lacuna deixada pelo desconhecimento e/ou pela não participação nas esferas públicas tradicionais de representação social.

Um panorama dos movimentos que varreram vários países:

Revolução Verde no Irã

No Irã, em 2009, o Twitter se mostrou um importante campo de batalha no ambiente virtual, após a reeleição suspeita de fraude do então presidente Mahmoud Ahmadinejad, que gerou protestos e confrontos com a polícia iraniana. Com comícios proibidos, a comunicação cortada, a imprensa local camuflando o ocorrido e jornalistas estrangeiros proibidos de ficarem no país, os iranianos utilizaram o Twitter e o YouTube para mostrar ao mundo o que realmente estava acontecendo. Foi chamada de revolução verde, movimento verde, mar verde, devido a cor eleitoral de Mir Houssen Mousavi, candidato reformista. Os protestos tiveram início em 13 de junho de 2009, em Teerã e outras grandes cidades do país, e também em vários países do mundo.

Primavera Árabe

Em dezembro de 2010, um jovem tunisiano, Mohamed Bouazizi, ateou fogo ao próprio corpo como forma de manifestação contra as condições de vida no país em que morava. Ele não sabia, mas o ato desesperado, que terminou com a própria vida, daria consequência ao que, mais tarde, viria a ser chamado de Primavera Árabe. Protestos se espalharam pela Tunísia, levando o presidente Zine el-Abdine Ben Ali a fugir para a Arábia Saudita apenas dez dias depois. Ben Ali estava no poder desde novembro de 1987.

Com os recursos proporcionados pelas redes sociais, o movimento se propagou para todo o norte da África e Oriente Médio. Os protestos utilizaram técnicas de resistência civil em campanhas sustentadas envolvendo greves, manifestações, passeatas e comícios, bem como o uso das mídias sociais, como Facebook, Twitter e Youtube, para organizar, comunicar e sensibilizar a população e a comunidade internacional em face de tentativas de repressão e censura na Internet promovidas por países da região.

Movimento à Rasca em Portugal

Em março de 2011, uma série de manifestações, que ficou conhecida como Geração à Rasca, mobilizou Portugal e outros países. Um evento do Facebook e um blog foram o ponto de partida para o movimento de protesto, autointitulado "apartidário, laico e pacífico", que reivindica melhorias nas condições de trabalho, como o fim da precariedade.

O manifesto incitava à participação numa manifestação dos "desempregados, "quinhentoseuristas" e outros mal remunerados, escravos disfarçados, subcontratados, contratados a prazo, falsos trabalhadores independentes, trabalhadores intermitentes, estagiários, bolseiros, trabalhadores-estudantes, estudantes, mães, pais e filhos de Portugal. As manifestações foram consideradas as maiores não vinculadas a partidos políticos desde a Revolução dos Cravos. Estima-se que entre 200 e 300 mil pessoas participaram do protesto em Lisboa. Houve manifestações em 11 cidades portuguesas.

Os Indignados da Espanha

Também em 2011, houve diversos protestos espontâneos na Espanha, durante protestos que antecederam as eleições internas do país. Centenas de milhares de jovens, organizados pelas redes sociais por meio da plataforma civil e digital ¡Democracia Real Ya! (Democracia Real Já!), foram para as ruas em maio, acamparam em praças e se manifestaram por faixas e cartazes em mais de 50 cidades do país, a começar pela capital, Madri, e seu coração – a Puerta del Sol, praça que, significativamente, é o marco zero de todas as grandes rodovias espanholas.

Os manifestantes reivindicavam uma mudança na política e na sociedade espanhola, pois consideravam que os partidos políticos não os representavam nem tomavam medidas que os beneficiassem. No decorrer do tempo, surgiu uma série de reivindicações políticas, econômicas e sociais heterogêneas, reflexo do desejo de seus participantes por mudanças profundas no modelo democrático e econômico vigente.

A maior parte dos manifestantes era de jovens, mas também participaram idosos e famílias inteiras.

Revolta da praça Tahrir no Egito

A Revolução no Egito, em 2011, também conhecida como Dias de Fúria, Revolução de Lótus e Revolução do Nilo, foi uma série de manifestações de rua, protestos e atos de desobediência civil que ocorreram no Egito de 25 de janeiro até 11 de fevereiro. Os principais motivos para o início das manifestações foram a violência policial, leis de estado de exceção, desemprego, desejo de aumentar o salário mínimo, falta de moradia, inflação, corrupção, falta de liberdade de expressão, más condições de vida e fatores demográficos estruturais.

Um protesto organizado por vários movimentos, no Facebook, contra as políticas de repressão, tornou-se quase inadvertidamente uma contestação a todo o regime do presidente egípcio Hosni Mubarak. Em janeiro de 2011, 15 mil pessoas tomaram a Praça Tahrir e estima-se que em torno de 250 mil pessoas tenham participado das manifestações no dia 31 de janeiro. Em 1º de fevereiro foi convocada a "Marcha de um Milhão"

para ocupar a praça. Estima-se que mais de 2 milhões de pessoas estiveram na praça no início das manifestações. Em 11 de fevereiro de 2011, depois de 30 anos, Hosni Mubarak renunciou ao poder.

Occupy Wall Street

O movimento Ocupe Wall Street (Occupy Wall Street) nasceu discretamente, em 17 de setembro de 2011, no Zuccotti Park, no distrito financeiro de Manhattan, na cidade de Nova York, quando alguns manifestantes começaram a acampar em protestos contra a desigualdade econômica e social, a ganância, a corrupção e a indevida influência das empresas – sobretudo do setor financeiro – no governo dos Estados Unidos.

Em pouco tempo, as manifestações tomaram grandes proporções; centenas de milhares de pessoas protestavam não apenas nos Estados Unidos, mas também em países vizinhos, na Europa e até no Brasil. Os manifestantes se organizavam e se articulavam em seus celulares e tablets, enviando mensagens incendiárias. Em algumas horas uma manifestação podia se formar. O movimento atraiu a atenção internacional. As pessoas se organizavam em assembleias gerais, nas quais todas podiam falar e participar das decisões coletivas.

No site occupywallst.org, o movimento é descrito como de resistência, sem liderança, "com pessoas de muitas cores, gêneros e opiniões políticas. "A única coisa que todos temos em comum é que nós somos os 99% que não vão mais tolerar a ganância e a corrupção de 1%. Estamos usando a tática revolucionária da Primavera Árabe para alcançar nossos fins e encorajar o uso da não violência para maximizar a segurança de todos os participantes. Este movimento dá poder a pessoas reais para criar uma mudança real, de baixo para cima. Queremos ver uma assembleia em todo quintal, toda esquina, porque nós não precisamos de Wall Street e não precisamos de políticos para construir uma sociedade melhor". O movimento se dissolveu, mas as questões que levantou entraram na pauta da política americana.

Manifestações na Turquia

Em junho de 2013, a tentativa de impedir a derrubada das árvores do Parque Geza, na Praça Taskim, na cidade de Istambul, com o objetivo de dar lugar a um centro comercial, detonou uma série de manifestações. A polícia apareceu, expulsou violentamente os ocupantes, queimou tendas e pertences, e usou gás lacrimogênio e canhões de água para despejar os manifestantes. Essa faísca foi acessa, e se espalhou em apenas 48 horas.

As manifestações foram consideradas as maiores desde o golpe de estado militar de 1980 e tomaram a principal cidade da Turquia, Istambul, e outras importantes cidades. Centenas de milhares de pessoas saíram às ruas gritando palavras de ordem contra o governo e promovendo "panelaços", no melhor estilo argentino. O centro dos protestos tem acontecido na Praça Taksim, na cidade de Istambul.

As manifestações aumentaram na mesma proporção em que aumentava a violência policial, que deixou um saldo de mais de três mil pessoas feridas, das quais em torno de 30 em estado crítico, pelos menos duas pessoas mortas e mais de 1.500 pessoas presas somente na capital. O governo acabou optando por retirar as forças repressivas de cena e o presidente Abdulá Gül pediu desculpas aos manifestantes na tentativa de conter a escalada dos protestos. Após as manifestações, foi celebrado um acordo provisório, no dia 20 de junho, entre o governo e líderes do movimento que prevê a suspensão das obras no Parque Gezi.

5.1 - Brasil tem sociedade 3.0, mas governo 1.0

Mas se as manifestações que atingiram o Brasil criaram novas perspectivas de mobilização social, os representantes governamentais não parecem preparados para lidar com essa nova forma de expressão da vontade popular.

Ronaldo Lemos, representante do MIT Media Lab e coordenador do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas, afirma que os protestos populares no Brasil mostraram que

"as demandas que surgem na internet são legítimas, que elas deveriam influenciar o Congresso e o Executivo da mesma forma que a mídia exerce influência sobre pautas de políticas públicas". Mas ele alerta que há um grande descompasso entre as demandas da sociedade brasileira e as respostas das autoridades brasileiras (GARCEZ, 2013).

Segundo ele, em junho de 2013, as redes sociais atenderam uma expectativa que já existia há algum tempo, "de ser um canal onde as pessoas procuram manifestar frustrações que elas não conseguem há anos expressar na esfera política" (GARCEZ, 2013).

Ao avaliar as manifestações de 2013, Ronaldo Lemos afirma que "o estopim veio do Movimento Passe Livre, até porque, a meu ver, a agenda do transporte público materializa toda a questão da falta de gestão pública, a vontade de ocupar a cidade, a possibilidade de se deslocar de uma ponta a outra sem o sacrifício de tempo ou de dinheiro. Esse movimento foi percebido como uma síntese de todas as coisas que o país vive, de todas as crises de governabilidade que o país vive, e aí escalonou para uma dimensão maior, justamente graças ao debate que começou nas redes sociais" (GARCEZ, 2013).

A agenda do transporte público materializa toda a questão da falta de gestão pública, a vontade de ocupar a cidade, a possibilidade de se deslocar de uma ponta a outra sem o sacrifício de tempo ou de dinheiro.

Na avaliação do especialista, "existe desde sempre um temor sobre o papel das redes sociais no Brasil. Um elemento objetivo desse temor é que a lei sempre tem sido extremamente restritiva no que diz respeito ao uso da internet e das redes sociais na campanha eleitoral". Ele explica que até meados da década passada, o uso da internet na campanha eleitoral era praticamente proibido. "Tudo que acontecesse fora do site do candidato era considerado pela lei eleitoral como propaganda irregular. Quando você olha a lei, dá para enxergar o temor que a rede gera na esfera pública. Demorou anos para que a rede ganhasse a liberdade necessária" (GARCEZ, 2013).

"O poder público age como se a internet fosse um mundo à parte, que só o que aparece na mídia (tradicional) é que tem relevância. A internet seria perfumaria, algo acessório. Mas as manifestações mostraram o contrário",

afirma Ronaldo. E completa: "os protestos mostraram que as agendas que estão na internet são agendas legítimas, que deveriam influenciar o Congresso e o Executivo, da mesma forma que a mídia exerce influência sobre pautas de políticas públicas. Houve sim falha do governo em identificar essas frustrações. O governo ainda é 1.0. A sociedade brasileira é 3.0. Era 2.0, mas depois das manifestações, ela subiu para 3.0 porque se misturou a rua com a rede. E o recado que a gente está discutindo é que o que se passa no online precisa ser levado a sério (GARCEZ, 2013).

As agendas que estão na internet são agendas legítimas, que deveriam influenciar o Congresso e o Executivo.

Já o geógrafo David Harvey, professor de antropologia da Universidade da Cidade de Nova York (Cuny), que esteve no Brasil, em junho de 2015, para participar do Seminário Internacional Cidades Rebeldes, afirma que há uma distância dos Estados em relação ao povo e aos sentimentos do povo. "Parte do que está movendo a raiva da população é a sensação de que não há de fato uma democracia, canais reais de consulta e de engajamento ao processo político. O Estado e um pequeno grupo de líderes de negócios poderosos tomam decisões sobre a construção de um novo estádio de futebol, ou outros megaprojetos. Há um sentimento de alienação do processo político. E isso constrói uma importante base para a frustração e a raiva. Pessoas alienadas tendem a ser muito passivas até que alguma coisa aconteça e elas se tornem bravas. E aí se começa a ver protestos desse tipo, seguidos dessa repressão. Vimos isso em muitas cidades" (BEDINELLI, 2015).

Há um sentimento de alienação do processo político. E isso constrói uma importante base para a frustração e a raiva.

6 - Mobilização mais fácil nem sempre significa resultados mais eficazes

Mas só com manifestação não se faz transformação social. Em palestra, dia 7 de outubro de 2014 no TEDGlobal, a socióloga turca Zeynep Tufekci destacou o papel das mídias sociais nos protestos que ocorreram em vários países nos últimos anos, mas questionou a eficiência dos protestos recentes em países como Turquia e Brasil, que cresceram rapidamente através das redes sociais, mas que, em sua opinião, não têm conseguido organizar-se para atuar no sistema político após a explosão inicial (COSTA, 2014 a).

> *Quando a passeata acaba, o verdadeiro trabalho está apenas começando.*

A socióloga estuda como a mobilização digital afeta as estruturas tradicionais de poder e defende que, quando a passeata acaba, o verdadeiro trabalho está apenas começando - e que esta parte crucial do movimento por mudanças muitas vezes é deixada de lado. Segundo ela, não basta aos movimentos digitais ir às ruas. É preciso se organizar e fazer pressão sobre políticos no longo prazo para conseguir realmente transformar o sistema (COSTA, 2014b).

"As democracias estão sendo estranguladas por algumas forças poderosas. Em vez de termos democracias que representam vários interesses, os sistemas políticos atuais favorecem aqueles que já têm poder e dinheiro e que, por isso, têm muita influência sobre os políticos. Como resultado, as pessoas estão abandonando a política, porque não acreditam mais nela. Acham que nada mudará. Então ocorre uma fagulha, e as pessoas que estão órfãs de instituições políticas decidem usar tecnologias digitais para se organizar rapidamente. Atingem grandes números, porque há muito descontentamento. Mas, como fazem isso sem ter instituições políticas por trás, não sabem o que fazer a seguir. São como pequenas empresas que crescem muito rápido. Nestes casos, porém, há investidores que prestam socorro às empresas. Agora, se um movimento político cresce muito rápido, o governo se volta contra ele. Sem conseguir dar o próximo passo, os movimentos desaparecem, e as pessoas ficam ainda mais descontentes. Além disso, os diferentes movimentos não sabem trabalhar em conjunto e começam

a discordar entre si. E como não criaram uma forma saudável de lidar com as discordâncias, eles se autodestroem ou ficam empacados em torno de uma demanda. No fim, a política se torna ainda mais corrupta. Quando ocorre um novo movimento, as pessoas têm ainda menos fé que as coisas podem mudar. É um ciclo vicioso", explica. (COSTA, 2014b).

> *Os sistemas políticos atuais favorecem aqueles que já têm poder e dinheiro e que, por isso, têm muita influência sobre os políticos. Como resultado, as pessoas estão abandonando a política, porque não acreditam mais nela.*

Segundo Zeynep Tufekci, na maioria dos países, não vivemos mais em ditaduras ou monarquias, mas, como há muita corrupção, as pessoas desistiram de pressionar o sistema e, por isso, ele se torna ainda mais corrupto (COSTA, 2014b). Ela afirma que os movimentos, hoje, precisam ir além das organizações em grande escala, criando formas como plataformas abertas e jornalismo cidadão (COSTA, 2014a).

A socióloga enfatiza, ainda, que se vamos mudar sistemas políticos, não podemos fazer só as coisas legais. "É preciso fazer o trabalho tedioso também. Há muitas ações empolgantes, como protestos e ocupações, mas a chave está no trabalho chato, como se organizar para votar em eleições e criar a mesma pressão sobre os políticos, como fazem aqueles que têm poder e dinheiro. O movimento americano de direitos civis é um exemplo. Conseguiu se organizar para fazer pressão e manter seus membros unidos. O resultado não veio em uma semana, mas em um ano. Não dá pra pensar que uma semana de passeatas mudará o sistema. Para isso, é preciso entender como pressionar o sistema no longo prazo. Isso não é tão excitante quanto estar na rua respirando gás lacrimogêneo, mas, se isso não ocorre, os partidos e poderes políticos existentes têm paciência, recursos, dinheiro e pessoal para esperar a turbulência passar. As ruas não são mágicas. Elas têm poder se sinalizam que há algo a ser levado a sério pelos políticos. Se eles sabem que os manifestantes sairão da rua em breve e não têm capacidade de se mobilizar politicamente, basta eles esperarem os manifestantes se cansarem" (COSTA, 2014b).

7 - O papel da mídia livre

A disseminação da internet e das mídias sociais tem propiciado uma inversão da hierarquia na produção da notícia. Agora, tanto a imprensa produz a notícia que é consumida pela audiência, quanto os cidadãos produzem notícias que acabam norteando a imprensa (VENÂNCIO, 2009).

O jornalista Rafael Venâncio afirma que "esse movimento de mudança nas relações sociais das práticas midiáticas vem acompanhado por um processo de insatisfação política de base popular. Ele lembra que "o Washington Times, em editorial de 16 de junho de 2009, chamou os protestos eleitorais pró-Mir-Hossein Mousavi, no Irã, de 'Revolução Twitter'. O termo não poderia ser mais preciso. Tanto no aspecto político – ou seja, as mobilizações para protestos – como no aspecto midiático – a cobertura do evento em si –, o Twitter e o Facebook foram os protagonistas em uma sociedade onde o Estado proibiu os jornalistas estrangeiros de trabalharem livremente" (VENÂNCIO, 2009).

Ele diz que, incapacitada de trabalhar, a grande mídia internacional contou com mídias digitais sociais para falar de um evento aonde sua apuração não chegava. "Os eventos foram trazidos para o mundo em tempo real pelas redes sociais midiáticas e por vídeos online" (VENÂNCIO, 2009).

Ele avalia que essa situação demonstra o poder, antes só teorizado, do jornalismo colaborativo digital na nova dinâmica das práticas midiáticas. "Os olhos do mundo não são mais a superpoderosa imprensa, nosso watchdog, mas sim os olhos do produtor anônimo de conteúdo colaborativo digital. O que nos veio, inicialmente, como um movimento político se tornou uma das principais bandeiras da possibilidade real de uma democratização da comunicação" (VENÂNCIO, 2009).

8 – As potencialidades das redes: “para o bem e para o mal”

As redes sociais têm sido usadas com frequência para causas humanitárias, mas também para manifestações de xenofobia, intolerância, racismo.

No caso das catástrofes, acidentes e causas humanitárias, alguns exemplos de uso das redes se deram durante as enchentes no Rio de Janeiro ou os terremotos no Japão, que provocaram posts e milhões de tweets visando arrecadar donativos para as vítimas (GUSMÃO, 2011).

Outro exemplo da boa utilização das redes sociais são as mobilizações de consumidores insatisfeitos. Se antes as reclamações dos clientes saiam em pequenas notas no jornal, com uma repercussão reduzida, agora, a divulgação de um problema de um consumidor na web pode ter um alcance mundial. Um caso que chamou atenção de todo o mundo foi o da loja Zara. A marca do grupo espanhol Inditex foi flagrada obrigando funcionários a trabalharem em condições análogas à escravidão em São Paulo. A hashtag #ZARA rapidamente chegou à primeira posição nos Trend Topics Brasil do Twitter (ranking de assuntos mais comentados), seguida pela #TrabalhoEscravo. Além disso, mensagens incitaram um movimento de boicote à marca. O fenômeno revela o quanto as mídias sociais se tornaram fundamentais para os consumidores cobrarem serviços, exercerem sua cidadania e demonstrarem indignação (GUSMÃO, 2011).

Entre os usos negativos destacaram-se, recentemente, os ataques racistas a pessoas públicas; as manifestações xenófobas contra os sírios, especialmente após os atentados de Paris, ocorridos dia 13 de novembro de 2015, e, o que mais vem chamando a atenção mundial, o uso das redes sociais por grupos terroristas como o Estado Islâmico (EI).

O jornalista palestino Abdel Bari Atwan afirma que a arma mais poderosa do EI, que ocupa parte da Síria e do Iraque, é sua máquina de tecnologia da informação. É um arsenal que mescla o discurso fanático com a linguagem e a estética das redes sociais, como imagens no Instagram de extremistas islâmicos ao lado de gatinhos ou de mães com crianças armadas com Kalashnikovs. No recém-lançado livro “Islamic State: the Digital Caliphate” (“O Estado Islâmico: o califado digital”, ainda sem tradução para o português), o jornalista descreve uma impressionante estrutura que inclui

jovens programadores, hackers, videomakers, jornalistas, editores e desenvolvedores de aplicativos. A missão é pintar assassinos como heróis e recrutar mais integrantes, paradoxalmente usando os instrumentos do século XXI para pregar a volta ao modo de vida adotado pela primeira geração de muçulmanos no século VII, de acordo com sua visão totalitária do Islã (SARMENTO, 2015).

Nessa batalha virtual, eles já criaram uma versão própria e fechada do Facebook; lançaram games em que a meta é massacrar soldados americanos; editam a revista digital "Dabiq"; e compartilham vídeos feitos com câmeras GoPro, portáteis e de alta resolução, que permitem a produção de diários visuais. "O fluxo incessante de informações dos extremistas também é usado para construir a imagem de um lugar emocionalmente atraente ao qual as pessoas acreditam 'pertencer', onde todo mundo é 'irmão' ou 'irmã'. Uma espécie de gíria, fundindo adaptações ou abreviações de termos islâmicos com a linguagem de rua, está em evolução entre a fraternidade de língua inglesa nas plataformas de mídia social, em uma tentativa de criar um 'jihadista *cool*'", escreve Atwan (SARMENTO, 2015).

"Eles estão ganhando a guerra digital. Agentes do mundo todo estão trabalhando contra os extremistas e, ainda assim, eles conseguem postar milhares de tuítes diariamente. Manipulam a jihad cibernética com ajuda de especialistas. Para essas pessoas não se trata de um emprego, mas de uma missão", explica Atwan (SARMENTO, 2015).

9 - Exemplos de Mobilização Social Online

No Brasil e em vários países têm se multiplicado os exemplos de iniciativas de mobilização online bem sucedidas. Muitas delas foram desenvolvidas por jovens insatisfeitos com a realidade político-social dos locais onde vivem e desejosos de interferir para provocar mudanças efetivas. A seguir listamos algumas iniciativas:

Meu Rio

A plataforma social Meu Rio foi fundada em 2011 e virou referência de mobilização pela internet. A plataforma conta com o trabalho de uma equipe física e o apoio de mais de 900 voluntários. O objetivo é reunir a população carioca em uma rede com o objetivo de participar mais ativamente da vida política da cidade. Eles já colecionam diversas conquistas como fazer com que as lan houses fossem reconhecidas como atividade "de especial interesse para a universalização do acesso à internet", e não mais como casas de jogo; que a Barcas S/A revisse a decisão de cobrar taxa por bagagem; que uma escola pública não fosse demolida para virar estacionamento; a criação de uma unidade policial especializada em pessoas desaparecidas, entre outras conquistas.

Colab

O aplicativo Colab foi criado em 2013 com o objetivo de servir como ponte entre cidadãos e as prefeituras. Nele, as pessoas podem informar problemas na sua cidade, sugerir projetos e ainda avaliar serviços públicos. Os dados são enviados aos gestores responsáveis. O software foi o vencedor do AppMyCity, que premia o melhor aplicativo urbano do mundo.

Campanha CGU contra desvios éticos

A Controladoria-Geral da União (CGU) lançou, em junho 2013, a campanha "Pequenas Corrupções: Diga Não". Com a hastag #NãoTemDesculpa, apresentando cards com frases usadas para justificar pequenos desvios de conduta e delitos no dia a dia dos brasileiros, como falsificar carteirinha de

estudante; roubar TV a cabo; comprar produtos piratas; furar fila; tentar subornar o guarda de trânsito para evitar multas; entre outras. Mais recentemente, a campanha divulgou frases usadas pela população para justificar desvios de conduta e até delitos no dia a dia. Entre elas estão: "Mas todo mundo faz", "É bem rapidinho", "Ninguém está vendo", "Tem coisa muito pior".

Em 2014, a campanha tinha alcançado mais de 10 milhões de usuários no Facebook. Conforme a CGU, o objetivo é conscientizar os cidadãos para a necessidade de combater atitudes antiéticas – ou até mesmo ilegais –, que costumam ser culturalmente aceitas e ter a gravidade ignorada ou minimizada.

Campanha Põe no Rótulo

A advogada Maria Cecília Cury Chaddad, que tem um filho com alergia alimentar múltipla criou um grupo no Facebook para debater o assunto com outras mães e pais que viviam o mesmo problema. Em fevereiro de 2014, eles decidiram se unir e lançar a campanha Põe no Rótulo (#poenorotulo) para conscientizar a população não alérgica sobre a necessidade da rotulagem correta de substâncias alergênicas (trigo, leite, soja, ovo, peixe, crustáceos, amendoim, oleaginosas, etc) e pressionar o governo a promover mudanças na rotulagem.

Como resultado dessa mobilização, a Anvisa iniciou processo de discussão de projeto de normatização da rotulagem de alérgenos em alimentos, tendo promovido uma consulta pública sobre o tema em meados de 2014, a qual resultou em mais de 3.500 manifestações apresentadas pela sociedade, destacando-se o recorde de participação vinda de cidadãos.

Ativista argentina 'hackea' democracia

A argentina Pia Mancini queria fazer com que políticos dessem mais ouvidos aos cidadãos, antes de tomarem decisões. A forma encontrada por ela para concretizar esta proposta foi criar o aplicativo DemocracyOS, em que os eleitores dão sua opinião em propostas apresentadas no Congresso.

Além disso, o aplicativo ajuda o cidadão entender as propostas apresentadas pelos legisladores, ao apresentar um resumo das propostas de novas leis em uma linguagem mais acessível. São projetos como a ampliação de subsídios a populações mais pobres no metrô de Buenos Aires, a permissão da venda de sementes de maconha na cidade ou a que torna obrigatório o treinamento anual dos taxistas da capital. Os eleitores podem debater os projetos de lei e votar no programa a favor, contra ou se abster.

COEP
Rede Nacional de
Mobilização Social

Fontes:

AS-COA. **Entrevista: Fábio Malini sobre as redes sociais, as manifestações e transparência no Brasil.** Site, 14 ago. 2013. Disponível em: http://www.as-coa.org/articles/entrevista-f%C3%A1bio-malini-sobre-redes-sociais-manifesta%C3%A7%C3%B5es-e-transpar%C3%AAncia-no-brasil

BARRUCHO, Luís Guilherme. **Brasil vive boom de petições virtuais.** BBC Brasil, 10 maio 2013. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130509_brasil_peticoes_online_lgb

BEDINELLI, Talita. **"O que aconteceu em junho de 2013 no Brasil ainda não acabou"**. Site El País, 12 jun. 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/13/politica/1434152520_547352.html

COSTA, Camilla. **TEDGlobal apresenta ideias para mudar o mundo nas areias de Copacabana.** BBC Brasil, 11 out. 2014a. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141011_ted_camilla_sabado_geral

COSTA, Camilla. **Para socióloga, é preciso ir além dos protestos e 'fazer a parte chata'.** BBC Brasil, 08 out. 2014b. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141008_protestos_tecnologia_ted_rb

DANESI, Jéssica. **O poder da mobilização através das redes sociais**. Blog Raddar, 20 jun. 2013. Disponível em: http://blog.raddar.com.br/novidades/poder-da-mobilizacao-atraves-das-redes-sociais/

GARCEZ, Bruno. **Protestos mostram descompasso entre 'sociedade 3.0' e 'governo 1.0', diz analista. BBC Brasil, 24 jun. 2013. Disponível em:** http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130624_redes_ronaldolemos_bg

GOIS, Chico de. **Internet é instrumento de pressão e ajuda na fiscalização**. O Globo, 12 nov. 2012. Disponível em:

http://oglobo.globo.com/brasil/internet-instrumento-de-pressao-ajuda-na-fiscalizacao-6703377

GUSMÃO, Sílvia. **O poder das redes como ferramenta de mobilização social. Site Net10, 23 ago. 2011**. Disponível em: http://ne10.uol.com.br/coluna/trajeto-profissional/noticia/2011/08/23/o-poder-das-redes-como-ferramenta-de-mobilizacao-social-292514.php

IHU On-Line, Instituto Humanitas Unisinos On-line. "A Internet, sem anonimato, é uma prisão de segurança máxima'. Entrevista com Henrique Antoun. Site, 10 maio 2010. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/32185-a-internet-sem-anonimato-e-uma-prisao-de-seguranca-maxima-entrevista-com-henrique-antoun

LUPION, Bruno. **Frenesi do abaixo-assinado pela internet desafia a classe política**. Estado de S. Paulo, 11 mar. 2014. Disponível em: http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,frenesi-do-abaixo-assinado-pela-internet-desafia-a-classe-politica-imp-,1007154

MARTINS, Andrea. **Ciberativismo: ativismo nasce nas redes e mobiliza as ruas do mundo.** In: UOL Vestibular, 04 fev. 2014. Disponível em: http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/ciberativismo-o-ativismo-da-rede-para-as-ruas-o-ativismo-da-rede-para-as-ruas.htm

PORTAL EBC. **Acesso à internet chega a 49,4% da população brasileira.** Site, 29 abr. 2015**.** Disponível em: http://www.ebc.com.br/tecnologia/2015/04/acesso-internet-chega-494-da-populacao-brasileira

PROXXIMA. **Brasileiro passa, em média, 9,7 horas mensais nas redes sociais.** Site, 10 jun. 2015 Disponível em: http://www.proxxima.com.br/home/social/2015/06/10/Brasileiro-passa--em-m-dia--9-7-horas-mensais-nas-redes-sociais.html

SARMENTO, Cláudia. **O front digital do califado**. O Globo, 11 nov. 2015. Disponível em: http://oglobo.globo.com/mundo/o-front-digital-do-califado-do-estado-islamico-18110653

SILVESTRI, Kátia Vanessa Tarantini. **Ativismo como cidadania na contemporaneidade**.Revista Publicatio UEPG, n. 23, jan.-jun. 2015. Disponível em: http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais/article/view/7270/0

TAVARES, Viviany Rodrigues de Souza; BARBOSA, Bruno dos Reis; SANTOS, Flávia Martins dos. **O Uso Das Redes Sociais Como Meio De Mobilização Social nos protestos nacionais de junho de 2013.** Curitiba (Paraná), VII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura, 20 - 22 nov. 2013. Disponível em: http://www.academia.edu/7671990/O_Uso_Das_Redes_Sociais_Como_Meio_De_Mobiliza%C3%A7%C3%A3o_Social_nos_protestos_nacionais_de_junho_de_2013

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização social; um modo de construir a democracia e a participação**. Unicef, 1996.

VENÂNCIO, Rafael Duarte Oliveira. **Irã e a web-revolução**. Observatório da Imprensa, Ed. 544, 30 jun. 2009. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/ira-e-a-webrevolucao/

COEP
Rede Nacional de Mobilização Social

Este texto foi produzido dentro do espírito colaborativo, a partir de outros tantos textos, cartilhas e publicações disponíveis na internet, num grande remix que deu origem a um novo material disponível a todos.

PESQUISA DE CONTEÚDO:

Eliane Araujo

TEXTOS E ADAPTAÇÃO:

Eliane Araujo

REALIZAÇÃO:

rede mobilizadores

APOIO:

Banco do Brasil · Eletrobras Eletronuclear · Eletrobras Furnas

Janeiro, 2016